

PUBLICIDADE LEGAL

SHOPPING JOÃO PESSOA S/A
 CNPJ/MF 92.889.724/0001-56 - NIRE 433.00021297
Assembleia Geral Ordinária - Convocação
 Convocamos os senhores acionistas para se reunirem às 09h do dia 28 de abril de 2026, na sede social, Av. João Pessoa nº 1831, 3º andar, nesta Capital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: 1. Em Assembleia Ordinária: (a) Sobre a matéria contida nos artigos 132 e 152 da Lei 6.404/76, relativo ao exercício social encerrado em 31/12/2025; (b) Eleger os membros da administração e fixar o montante da remuneração dos administradores; (c) Eleger os membros da diretoria e fixar o montante da remuneração dos diretores.
 Porto Alegre, 15 de abril de 2026.
 Saul Veras Bof
 Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL
 TEM DATA E LOCAL CERTO
 PARA SER PUBLICADA

**Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:**

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

Granja Mangueira Agropecuária S/A CNPJ 96.013.693/0001-26
NIRE 43 3 0001033 3

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
Ficam os senhores Acionistas da Granja Mangueira Agropecuária S/A convocados para a Assembleia Geral Ordinária ("AGO"), a ser realizada em 24 de abril de 2026, às 9:00 horas, na sede social da Companhia, na Localidade de Curral Alto, BR 471, KM 590, no município de Santa Vitória do Palmar, RS, quando os senhores Acionistas serão chamados a deliberar sobre as matérias constantes na seguinte ordem do dia: (I) Leitura, discussão e aprovação do relatório da administração e das demonstrações contábeis e financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; (II) Destinação do resultado do exercício. Santa Vitória do Palmar, RS, 13 de abril de 2026. Fernando Schild Ribeiro - Diretor. Milton Martins Moraes Filho - Diretor.

Conecte sua marca
a quem *decide*.

Amplie sua *visibilidade*
e alcance líderes de opinião com
a força da multiplataforma
do JC.



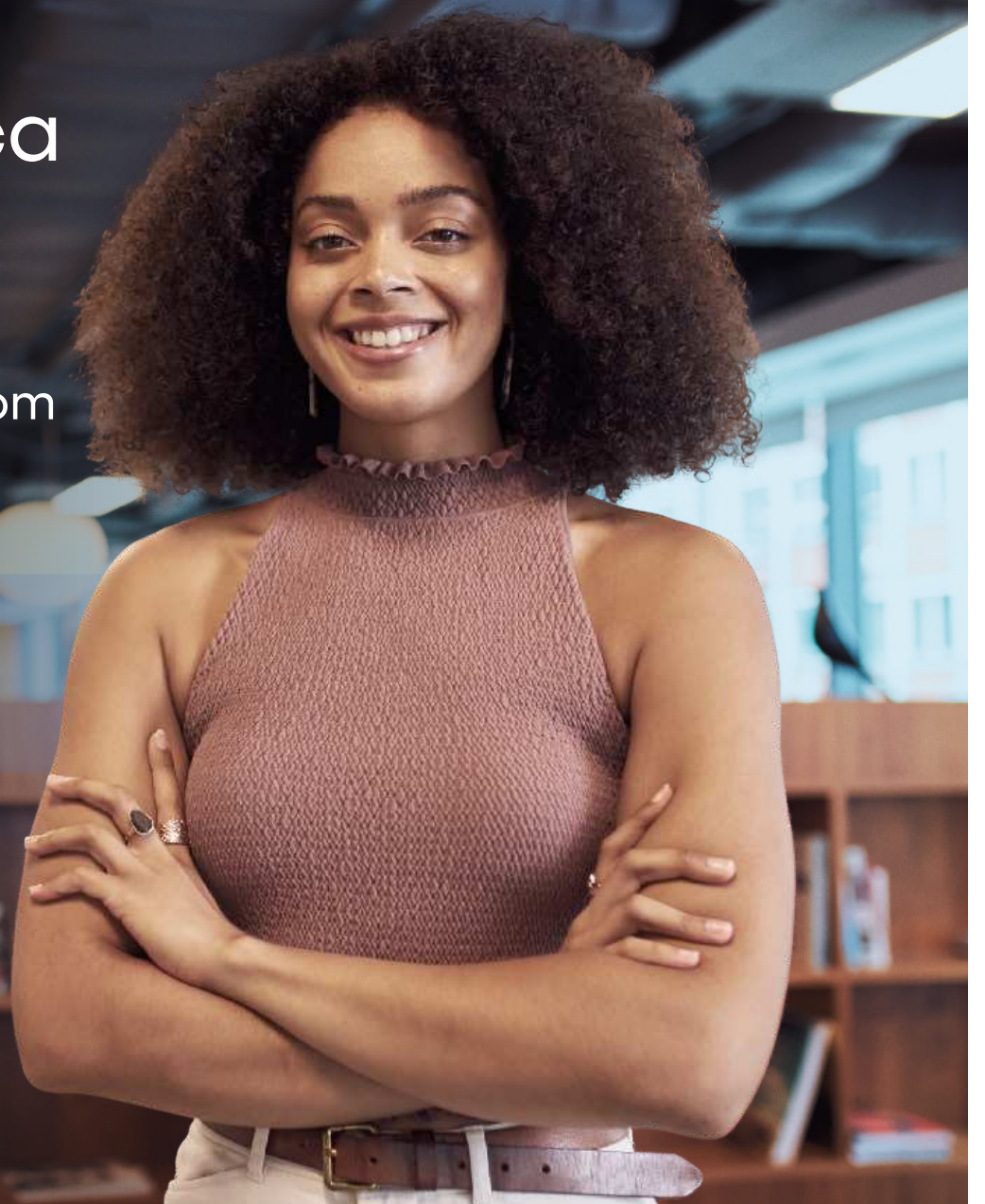
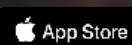
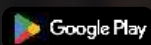
Acesse
o QR Code
e anuncie
no JC

Jornal do Comércio 92
ANOS


O jornal de economia e negócios do RS

Siga nossas redes sociais:      

Baixe o App:



PUBLICIDADE LEGAL

SETAPAR S.A. CNPJ nº 93.138.204/0001-74 • NIRE 43300030482.
Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária - Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 16:30 horas do dia 30/04/2026, na sede social da Companhia, localizada na Av. 1º de Maio, nº 1109, Bairro das Rosas, na Cidade de Estância Velha/RS, CEP 93.601-640, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício, Demais Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social de 2025; 2) Destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados conforme previsto no art. 133, §3º, da Lei nº 6.404/1976.
 Estância Velha/RS, 13 de abril de 2026.
 A Diretoria 

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS


Mantenha o foco na informação e **decida com confiança.**



ENTRE EM CONTATO E ASSINE

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

AGROSETA S.A. CNPJ nº 94.474.061/0001-34 • NIRE 43300032132.
Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária: Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 15:30 horas do dia 30/04/2026, na sede social da Companhia, localizada na Av. 1º de Maio, nº 1111, Bairro das Rosas, na Cidade de Estância Velha/RS, CEP 93.601-640, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício, Demais Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social de 2025; 2) Destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados conforme previsto no art. 133, §3º, da Lei nº 6.404/1976.
 Estância Velha/RS, 13 de abril de 2026.
 A Diretoria 

Jornal do Comércio
 O CONTEÚDO
 QUE FAZ
 A DIFERENÇA
 NO SEU
 DIA A DIA.

Escaneie o
QRCode e
 acesse o
 canal
 do JC



PUBLICIDADE LEGAL

SETA S.A. EXTRATIVA TANINO DE ACÁCIA CNPJ nº 89.717.268/0001-52 • NIRE 43300002730.
Edital de Convocação: Assembleia Geral Ordinária - Ficam convocados os Srs. acionistas para reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se às 16:00 horas do dia 30/04/2026, na sede social da Companhia, localizada na Av. 1º de Maio, nº 1109, Bairro das Rosas, na Cidade de Estância Velha/RS, CEP 93.601-640, para deliberarem sobre a seguinte **Ordem do Dia**: 1) Tomar as contas dos Administradores, discutir e votar as Demonstrações Contábeis, Balanço Patrimonial e Demonstrações de Resultado do Exercício, Demais Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício social de 2025; 2) Destinação do resultado do exercício e a distribuição de dividendos; e 3) Eleição dos membros da Diretoria e fixação da remuneração. A Diretoria informa que o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes foram publicados conforme previsto no art. 133, §3º, da Lei nº 6.404/1976.
 Estância Velha/RS, 13 de abril de 2026.
 A Diretoria

ASCOL

Conecte sua marca
a quem *decide*.

Amplie sua *visibilidade*
e alcance líderes de opinião com
a força da multiplataforma
do JC.

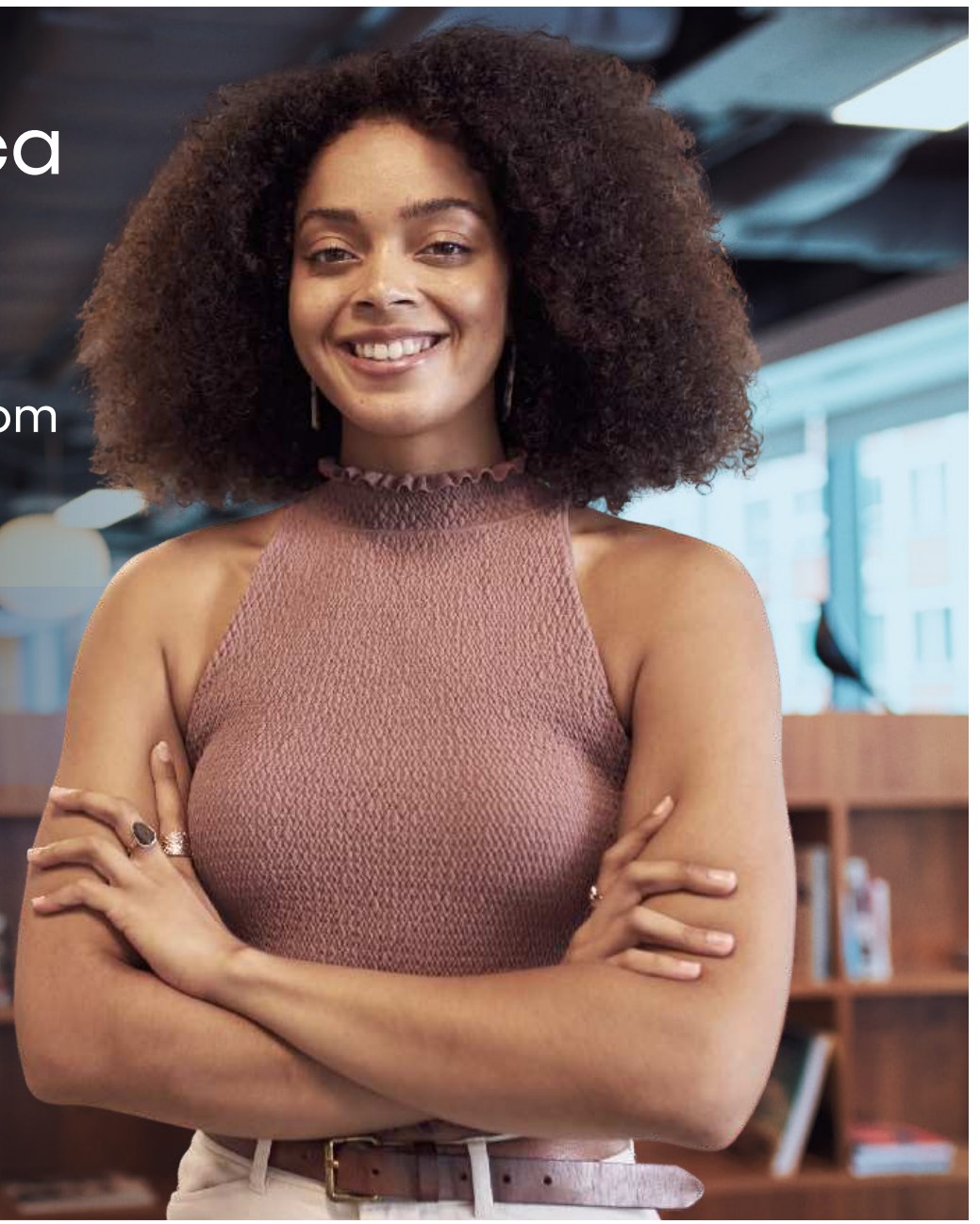
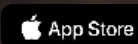


Acesse
o QR Code
e anuncie
no JC

Jornal do Comércio 92 ANOS
O jornal de economia e negócios do RS

Siga nossas redes sociais:

Baixe o App:



PUBLICIDADE LEGAL

METALÚRGICA HASSMANN S.A. CNPJ/MF 89.772.065/0001-69 - NIRE 43 3 0001921-7

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Convidamos os Srs. Acionistas da METALÚRGICA HASSMANN S.A. ("Companhia"), a reunirem-se em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária que serão realizadas, cumulativamente, no dia **27 de abril de 2026**, às 09:00 horas, na sede social da Companhia, localizada à Av. Dr. Ito João Snel, 178, em Imigrante - RS (CEP 95885-000), com a seguinte ordem do dia:

1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1. Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025; 1.2. Deliberar sobre a proposta da Administração de destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos e ou pagamento de juros sobre o capital próprio do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025; 1.3. Fixar a remuneração mensal global dos Administradores para o Exercício Social de 2026.

2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1. Aumento do Capital Social da Companhia de R\$ 358.030.688,10 (trezentos e cinquenta e oito milhões, trinta mil, seiscentos e oitenta e oito reais e dez centavos)), para R\$ 360.000.000,00 (trezentos e sessenta milhões de reais), mediante a incorporação de R\$ 1.969.311,90 (um milhão, novecentos e sessenta e nove mil, trezentos e onze reais e noventa centavos), da Conta Reserva de Lucros, e a consequente alteração do artigo 5º do Estatuto Social. 2.2. Deliberar sobre a atualização do "Código e Descrição da Atividade Econômica Principal" - CNAE - da Filial da Companhia. Objetivando a otimização dos trabalhos preparatórios às Assembleias Gerais ora convocadas, vai recomendado aos Srs. Acionistas que pretendem se fazer representar através de mandatário com poderes especiais, que depositem na sede social da Companhia, ou enviem através do contato eletrônico para silvio@hassmann.com.br, no máximo até cinco (cinco) dias antes da data da realização das Assembleias, o respectivo instrumento de Mandato. A Companhia informa também que aceitará, excepcionalmente, para essas Assembleias Gerais, como forma de facilitar a participação dos seus Acionistas, instrumento de Mandato sem reconhecimento de firma, notariação ou consularização. O Acionista ou o seu representante legal, deverá comparecer às Assembleias Gerais munido de documentos que permitam comprovar a sua identidade, sob pena de não lhes ser autorizada a participação nas mesmas. Em atendimento ao artigo 133, da Lei das Sociedades Anônimas (Lei nº 6.404/76), vai comunicado que os documentos e as informações relativos às matérias a serem deliberadas pelas Assembleias Gerais, encontram-se à disposição na sede social da Companhia. Imigrante/RS, 15 de abril de 2026.

Metalúrgica Hassmann S.A. - Carlos Hassmann - Presidente do Conselho de Administração

Foco
no que
**realmente
importa.**

ASSINE AGORA



Jornal do Comércio
O jornal de economia e negócios do RS

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA MULTI S.A. CNPJ nº 88.037.668/0001-54 - NIRE 43300025381
 Carlos Barbosa - RS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 2026, às 08h00min (oito horas), na sede social da Companhia localizada na Rodovia BR-470/RS, Km 230, Bairro Triângulo, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95.185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária.
 Carlos Barbosa, RS, em 16 de abril de 2026. **Eduardo Scmazzon** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

Mantenha o foco
 na informação e
decida com confiança.



ENTRE EM CONTATO E ASSINE

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br


PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA GARIBALDI S.A. INDÚSTRIA METALÚRGICA
 CNPJ nº 90.049.792/0001-81 – NIRE 43300011658 – Garibaldi – RS.

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 2026, às 09h00min (nove horas), na sede social da Companhia localizada na Rua Tramontina, nº 600, em Garibaldi, RS, CEP 95.720-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária.


Garibaldi, RS, em 16 de abril de 2026. **Eduardo Scomazzon** - Presidente do Conselho de Administração

Jornal do Comércio



PUBLICIDADE LEGAL
 TEM DATA E LOCAL CERTO
 PARA SER PUBLICADA

Escaneie o QRCode abaixo e entre em contato:



O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais.

Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA S.A. CUTELARIA CNPJ nº 90.050.238/0001-14 - NIRE: 43300005071
 Carlos Barbosa - RS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 29 de abril de 2026, às 10h00min (dez horas), na sede social da Companhia localizada na Av. Ivo Tramontina, nº 1024, Bairro Triângulo, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95.185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria, do Conselho de Administração e do Conselho Consultivo; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 16 de abril de 2026. **Eduardo Scmazzone** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

CONTEÚDOS ESTRATÉGICOS E
 INFORMAÇÕES DE QUALIDADE

DIRETO NO SEU
 WHATSAPP



Escaneie
 o QRCode
 e acesse o
 canal do JC



PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA FARROUPILHA S.A. CNPJ 87.834.883/0001-13 - NIRE 43300011607
 Farroupilha - RS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2026, às 10h00min (dez horas), na sede social da Companhia localizada na Rodovia ERS 122, s/n, Km 61, Distrito Industrial, em Farroupilha, RS, CEP 95178-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA:** **1. Em Assembleia Geral Ordinária:** **1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; **1.4.** Eleger os membros do Conselho Fiscal; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária:** **2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária. Farroupilha, RS, em 16 de abril de 2026. **Eduardo Scmazzon** - Presidente do Conselho de Administração.

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

Mantenha o foco
 na informação e
decida com confiança.



ENTRE EM CONTATO E ASSINE

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

TRAMONTINA ELETRIK S.A. CNPJ nº 88.674.080/0001-01 - NIRE 43300025225
 Carlos Barbosa - RS

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO. Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se no dia 28 de abril de 2026, às 14h00min (quatorze horas), na sede social da Companhia localizada na Rodovia BR-470/RS, Km 230, s/n, em Carlos Barbosa, RS, CEP 95185-000, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: 1. Em Assembleia Geral Ordinária: 1.1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras, o Parecer da Auditoria Independente e o Parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025; **1.2.** Destinar o resultado do exercício social de 2025; **1.3.** Fixar o montante global anual para a remuneração da Diretoria e do Conselho de Administração; **1.4.** Eleger os membros do Conselho Fiscal; **2. Em Assembleia Geral Extraordinária: 2.1.** Atualização do objeto social da Companhia, com a inclusão de novas atividades; e **2.2.** Sua consequente alteração estatutária. Carlos Barbosa, RS, em 16 de abril de 2026. **Eduardo Scomazzon** - Presidente do Conselho de Administração.

Posicione sua marca
no centro das decisões
 estratégicas.

Alcance um público qualificado,
 formado por gestores, empresários e tomadores
 de decisão do sul do país.



Acesse
 o QR Code
 e anuncie
 no JC

Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS



PUBLICIDADE LEGAL

MAISONNAVE COMPANHIA DE PARTICIPAÇÕES
 CNPJ/MF 87.191.847/0001-89 • NIRC 43300064-33
Convocação - Assembleia Geral Ordinária - São convocados os acionistas da **Maisonave Companhia de Participações** a se reunirem na sede social, à Rua Sete de Setembro nº 745, nesta Capital, dia 30/04/2026, às 11hs, em Assembleia Geral Ordinária subordinada à seguinte ordem do dia: **1)** tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social findo em 31/12/2025; **2)** demais assuntos consequentes e correlatos aos itens anteriores ou de interesse societário. Porto Alegre, 17/04/2026. Roberto de Moraes Maisonave - Diretor, Nilda Maria de Medeiros Maisonave - Diretora. **ASCOL**

Conecte sua marca a quem *decide*.

Amplie sua *visibilidade* e alcance líderes de opinião com a força da multiplataforma do JC.

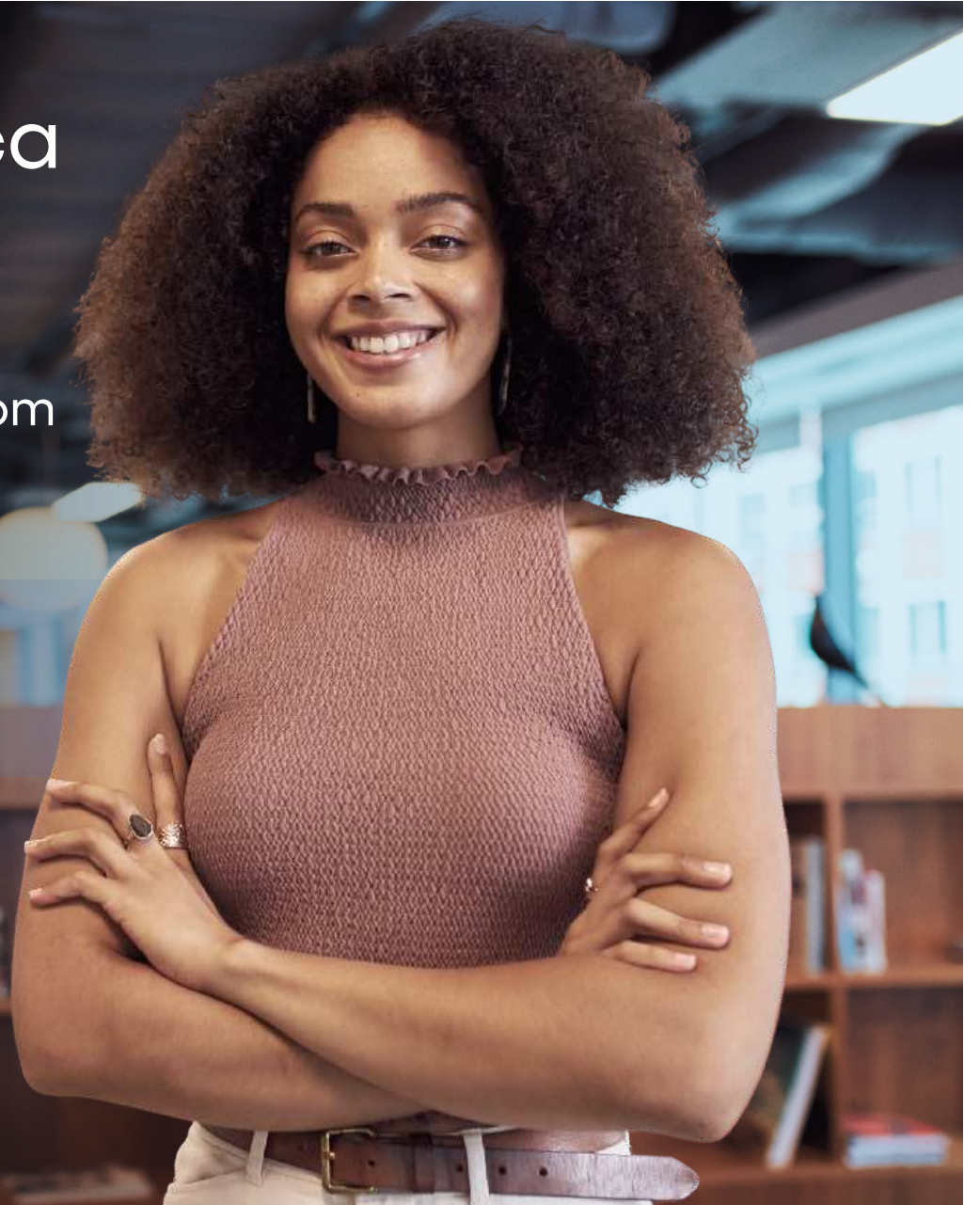
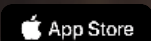
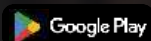


Acesse o QR Code e anuncie no JC

Jornal do Comércio 92 ANOS
 O jornal de economia e negócios do RS

Siga nossas redes sociais:      

Baixe o App:



PUBLICIDADE LEGAL

STE - SERVIÇOS TÉCNICOS DE ENGENHARIA S/A
 CNPJ nº 88.849.773/0001-98 - NIRE 43 3 0000418-0
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
 Convidamos os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar na sede social da companhia, rua Saldanha da Gama, 225 - bairro Harmonia, CEP 92.310-630, Canoas/RS, às 14:00 horas do dia 30 de abril de 2026, a fim de deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: **1.** Examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e respectivas contas dos Administradores, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. **2.** Deliberar sobre a destinação do lucro do exercício social e a distribuição de dividendos estatutários conjuntos com os juros remuneratórios do capital próprio, nos termos da proposta apresentada pela Administração, ratificando assim e igualmente as deliberações tomadas nas assembleias gerais extraordinárias realizadas em 10 de dezembro de 2025 e de 31 de dezembro de 2025, inclusive o aumento de capital. **3.** Fixar a remuneração anual global dos Administradores.
 Canoas, 15 de abril de 2026.
ROBERTO LINS PORTELLA NUNES - Presidente



CONTAB
 JC CONTABILIDADE

A contabilidade como **ferramenta estratégica** na gestão empresarial.



Assine o JC

Assine o Jornal do Comércio, tenha acesso ao JC Contabilidade e acompanhe análises e informações que impactam o seu negócio.

JC Contabilidade. Toda quarta-feira, no Jornal do Comércio.

Jornal do Comércio
 O jornal de economia e negócios do RS

CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A.

CNPJ nº 03.505.185/0001-84
Relatório da Administração

Senhores acionistas, submetemos a apreciação de V.S.as as Demonstrações Financeiras Individuais da Companhia CRVR - Riograndense Valorização de Resíduos S.A., relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Balanco Patrimonial - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
ATIVO	Nota Explicativa	2025	2024	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	10	23.480	81.273	
Títulos e valores mobiliários	11	90	-	
Contas a receber de clientes	12	71.262	67.700	
Estoques		5.586	9.380	
Impostos a recuperar	13	7.365	3.816	
Outras contas a receber		792	2.567	
Adiantamento a fornecedores		490	1.501	
Total do ativo circulante		109.065	166.237	
Não Circulante				
Títulos e valores mobiliários	11	2.765	-	
Impostos a recuperar	13	3.734	3.733	
Contas a receber de clientes	12	12.181	7.583	
Mútuos a receber de partes relacionadas	23	125.385	106.552	
Ativo fiscal diferido	22	4.199	19.465	
Depósitos judiciais		311	59	
		148.575	137.392	
Imobilizado	14	250.896	206.413	
Direito de uso - Arrendamento		-	169	
Intangível		39	53	
		250.935	206.635	
Total do ativo não circulante		399.510	344.027	
Total do Ativo		508.575	510.264	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)							
	Reserva de lucros				Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Patrimônio líquido
	Capital Social	Capital Social a integralizar	Reserva de capital	Reserva legal			
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	92.225	-	4.491	5.950	91.824	(7)	194.583
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	88.676	-	88.676
Reserva legal	-	-	-	4.434	(4.434)	-	-
Aumento do capital social – nota explicativa 24	10.134	(261)	-	-	-	-	9.873
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	84.242	(84.242)	-	-
Dividendos distribuídos – nota explicativa 24	-	-	-	(33.668)	-	-	(33.668)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	102.359	(261)	4.491	10.384	142.498	(7)	259.464
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	79.135	-	79.135
Reserva Legal	-	-	-	3.957	(3.957)	-	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	75.178	(75.178)	-	-
Dividendos distribuídos – nota explicativa 24	-	-	-	(72.172)	-	-	(72.172)
Remensuração do passivo de benefício definido	-	-	-	-	-	8	8
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	102.359	(261)	4.491	14.341	145.504	1	266.435

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A CRVR – Riograndense Valorização de Resíduos S.A. (“CRVR” ou “Companhia”) opera no Estado do Rio Grande do Sul com foco na área de destinação final e valorização de resíduos. A Companhia está sediada na BR 290, Km 181, s/nº, no município de Minas do Leão. As atividades são desenvolvidas exclusivamente no estado do Rio Grande do Sul por meio de 5 centrais de tratamento e valorização de resíduos, localizadas nos municípios de Giruá, Minas do Leão, Santa Maria, São Leopoldo e Victor Graef, além de um transbordo localizado no município de Tramandaí. Nessas centrais estão localizados os aterros sanitários, tratamentos de efluentes e queima de gás, utilizados pela CRVR no desenvolvimento de suas atividades. Os aterros sanitários são de propriedade da Companhia. A sua exploração ocorre por meio de licença de operação emitida pela Fundação Estadual de Proteção do Meio Ambiental do Estado do Rio Grande do Sul, permitindo o recebimento de resíduo na região do aterro sanitário. A licença operacional é renovada em média a cada quatro anos. Antes de expirar o prazo, a Companhia inicia novamente o trâmite de renovação da licença operacional. **2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os Padrões Internacionais do Relatório Financeiro (International Financial Reporting Standards – IFRS), emitidos pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), considerando os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), aprovados pela CVM e pelas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. Todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2026. Após a sua emissão, somente os quotistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras. **3. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4. Uso de estimativas:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **a) Julgamentos:** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: **• Nota explicativa nº 12** – Contas a receber de clientes – apuração de crédito de liquidação duvidosa para registro de provisão sobre contas a receber. **• Nota explicativa nº 14** – Imobilizado – teste de redução ao valor recuperável: principais premissas subjacentes dos valores recuperáveis, incluindo a recuperabilidade dos custos de desenvolvimento. **• Nota explicativa nº 21** – Provisões – reconhecimento e mensuração de provisão para fechamento e pós fechamento de aterro, provisão para recuperação do sistema operacional do aterro e para riscos cíveis, trabalhista e fiscal: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos. **• Nota explicativa nº 22** – Ativo fiscal diferido – reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias. **b) Incertezas sobre premissas e estimativas:** As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2025 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas notas explicativas mencionada acima no item (a). **c) Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requer a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. A CRVR estabeleceu uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: **• Nível 1** – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; **• Nível 2** – inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e **• Nível 3** – inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Ao longo do exercício não ocorreram transferências na hierarquia do valor justo na Companhia. **5. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado, que são mensurados pelo valor justo. **6. Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. Abaixo apresentamos um índice das principais políticas contábeis, cujas detalhes estão disponíveis nas páginas correspondentes: (a) Receita de contrato com clientes; (b) Receitas financeiras e despesas financeiras; (c) Benefícios a empregados; (d) Imposto de renda e contribuição social; (e) Estoques; (f) Ativo imobilizado; (g) Instrumentos financeiros; (h) Redução ao valor recuperável (impairment); (i) Provisões; (j) Arrendamento. **a) Receita de contrato com clientes:** A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, que é o principal em

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Nota Explicativa	2025	2024	
Circulante				
Fornecedores	15 e 23	35.740	27.337	
Empréstimos e financiamentos	17	-	545	
Debêntures e notas comerciais	18	33.614	27.577	
Passivo de arrendamento		-	173	
Salários, benefícios e encargos sociais	19	6.168	4.294	
Impostos, taxas e contribuições	20	10.928	26.358	
Dividendos a pagar	16	3.554	2.600	
Adiantamentos de clientes		1.918	2.063	
Outras contas a pagar		-	168	
Total do passivo circulante		91.922	91.115	
Não Circulante				
Debêntures e notas comerciais	18	123.562	101.765	
Provisões	21	26.656	57.920	
Total do passivo não circulante		150.218	159.685	
Patrimônio Líquido				
Capital social	24	102.359	102.359	
Capital social a integralizar		(261)	(261)	
Reserva de capital		4.491	4.491	
Reservas de lucros		159.845	152.882	
Ajustes de avaliação patrimonial		1	(7)	
Total do patrimônio líquido		266.435	259.464	
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		508.575	510.264	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	Nota Explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida		25	298.008
Custo dos serviços prestados	26	(141.339)	(150.462)
Lucro bruto		156.669	157.508
Receitas e despesas operacionais			
Despesas comerciais	27	(2.232)	(1.278)
Despesas administrativas	28	(31.918)	(20.094)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(2.685)	(309)
Receitas e despesas operacionais líquidas		(36.835)	(21.681)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		119.834	134.027
Receitas (despesas) financeiras			
Receitas financeiras	30	26.062	21.300
Despesas financeiras	30	(25.007)	(20.274)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas		1.055	1.026
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		120.889	135.053
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	22	(26.488)	(46.241)
Diferido	22	(15.266)	(136)
Lucro líquido do exercício		79.135	88.676
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
	2025	2024	
Lucro líquido do exercício	79.135	88.676	
Outros resultados abrangentes	8	-	
Total do resultado abrangente da Companhia	79.143	88.676	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			

das. **g) Instrumentos financeiros:** **i) Reconhecimentos e mensuração inicial:** O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. **ii) Classificação e mensuração subsequente: Instrumentos financeiros:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: **•** É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e **•** Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento. Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descaçamento contábil que de outra forma surgiria. A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: **•** As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; **•** Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; **•** Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; **•** Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e **•** A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros – avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:** Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. **Passivos financeiros:** A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado. **iv) Compensação:** Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge:** A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos e, por consequência, não foi requerida a aplicar contabilidade de hedge nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 em suas demonstrações financeiras. **vi) Capital social: Ações ordinárias:** Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **h) Redução ao valor recuperável (impairment): i) Ativos financeiros não-derivativos:** A Companhia determina as variações de risco de crédito de seus clientes, principalmente, no que tange aos clientes públicos, por meio da análise de rating divulgada por agências de ris-

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)				
	Notas explicativas	2025	2024	
Lucro líquido do exercício		79.135	88.676	
Ajustes para reconciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciações, amortizações e ativo do direito de uso	26 e 28	14.882	17.657	
Baixa de imobilizado e intangível	14	409	1.924	
Encargos financeiros sobre financiamentos, empréstimos, debêntures e notas comerciais	17 e 18	22.251	18.966	
Rendimentos e encargos financeiros inerentes a mútuos cedidos	30	(18.154)	(11.743)	
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterros	21	(38.822)	(9.239)	
Reversão / (provisão) para transporte, tratamento e destinação de chromo	21	6.639	(44)	
Provisão para crédito liquidação duvidosa	12	1.268	688	
Provisão para contingências	21	919	96	
Provisão de imposto de renda e contribuição social	22	26.488	46.241	
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	15.266	136	
Provisão para obrigações contratuais futuras	21	8	3	
Aumento / Redução nos ativos operacionais				
Títulos e valores mobiliários	11	(2.855)	-	
Contas a receber de clientes	12	(3.624)	(8.049)	
Partes relacionadas	23	(5.804)	(1.055)	
Impostos a recuperar	13	(3.550)	1.893	
Estoques		3.794	(3.349)	
Outras contas a receber		1.775	(1.700)	
Adiantamento a fornecedores		1.011	(926)	
Depósitos judiciais		(252)	-	
Aumento / Redução nos passivos operacionais				
Fornecedores	15	6.339	10.604	
Partes relacionadas	23	2.064	815	
Salários benefícios e encargos sociais	19	1.874	871	
Impostos taxas e contribuições	20	(6.388)	7.453	
Impostos de renda e contribuição social	22	(16.484)	(23.707)	
Adiantamento de clientes		(145)	358	
Outras contas a pagar		(168)	154	
Caixa proveniente das operações		87.876	136.723	
Pagamento de impostos sobre o lucro		(19.046)	(14.700)	
Mútuos ativos - recebimento de juros	23	242	-	
Debêntures e notas comerciais - juros pagos	18	(21.698)	(18.288)	
Empréstimos e financiamentos - juros pagos	17	(12)	(330)	
Passivo de arrendamento - juros pagos		(4)	(5)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		47.358	103.400	
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Mútuos ativos – concedidos	23	(10.769)	(11.073)	
Mútuos ativos - recebimento principal	23	9.848	-	
Aquisição de ativo imobilizado	14	(59.751)		

CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A. - CNPJ nº 03.505.185/0001-84

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

extensão do prazo médio de recebimento, caso de falência, impactos econômicos no segmento de atuação, entre outras. Para a carteira de clientes privados, um título vencido acima de 60 dias enquadra-se no cenário de inadimplência. Já no caso de clientes públicos, determinado título será considerado inadimplente acima de 90 dias. As perdas de crédito esperadas para a vida inteira são as perdas esperadas com crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplimento ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. As perdas de crédito esperadas para 12 meses são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço (ou em um período mais curto, caso a vida esperada do instrumento seja menor do que 12 meses). O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposta ao risco de crédito. **Mensuração das perdas de crédito esperadas:** As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro. Ativos financeiros com problemas de recuperação. Em cada data de balanço, a CRVR avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro. Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis: • Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário; • Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias; • Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais; • A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou • O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras. Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao VJORA, a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em O&A. O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A CRVR não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito por o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. **iii) Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não são o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. **i) Provisões:** Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. **Provisão para riscos civis, trabalhistas e fiscais:** Refere-se a questões trabalhistas, tributárias e cíveis e está registrada de acordo com avaliação de risco efetuada pela Administração, suportada por seus consultores jurídicos, registradas no passivo não circulante. **Provisão para fechamento e pós fechamento de aterra:**

• Representa o provisionamento dos custos de fechamento e pós-fechamento das áreas ocupadas com resíduos até as datas dos balanços, em conformidade o CPC 25/IAS 37. Os principais aspectos contábeis estão resumidos a seguir: • As estimativas dos custos são contabilizadas levando-se em conta o valor presente das obrigações, descontadas a uma taxa livre de risco de longo prazo; e • As estimativas de custos são revisadas anualmente, com a consequente revisão do cálculo do valor presente, ajustando-se os valores de ativos e passivos já contabilizados. **Provisão para recuperação operacional do sistema de aterro:** A provisão constituída tem como base o custo médio de transporte e tratamento de efluentes é com base em estimativas de preços das opções disponíveis, no caso de transporte deve-se considerar o custo/m3 do serviço terceirizado ou com equipamento próprio. No caso do tratamento deve-se considerar a estimativa de preços das opções disponíveis, tais como osmose reversa, estações de tratamento próprias ou de terceiros devidamente licenciadas. **j) Ativos não circulantes mantidos para venda:** A Companhia classifica ativos um ativo não circulante como mantido para venda quando o seu valor contábil será recuperado, principalmente, por meio de transação de venda em vez do uso contínuo. Estes ativos não circulantes e mantidos para venda são mensurados pelo menor entre o seu valor contábil e o valor justo líquido das despesas de venda. As despesas de venda são representadas pelas despesas incrementais diretamente atribuíveis à venda, excluídos as financeiras e os tributos sobre o lucro. Os critérios de classificação de ativos não circulantes mantidos para venda são atendidos quando a venda é altamente provável e o ativo ou o grupo de ativos mantido para venda está disponíveis para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas aos termos que sejam habituais e costumeiros para venda de tais ativos mantidos para venda. O nível hierárquico de gestão apropriado da Companhia está comprometido com o plano de venda do ativo, tendo sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e conclusão do plano em até um ano a partir da data da classificação. **k) Distribuição de dividendos:** A distribuição de dividendos mínimos obrigatórios a serem pagos aos acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Distribuições adicionais ao valor mínimo obrigatório somente são contabilizadas (provisionadas) na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral conforme descrito na nota explicativa nº 24. **l) Arrendamento:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. **m) Como arrendatário:** No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. **7. Novas normas e interpretações: 7.1. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025:** A Companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2025 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. • **Alterações à IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio intitulada Falta de Convertibilidade:** As alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio, com foco na Falta de Convertibilidade, visam tratar das dificuldades enfrentadas pelas entidades em países com restrições à convertibilidade de suas moedas locais, ou seja, situações em que as entidades não conseguem facilmente converter a moeda local em uma moeda estrangeira devido a intervenções governamentais ou limitações no mercado cambial. Essas mudanças oferecem uma orientação mais clara sobre o tratamento das flutuações cambiais em economias com limitações na convertibilidade da moeda, impactando diretamente a mensuração e conversão de moedas estrangeiras nas demonstrações financeiras. A alteração também especifica como proceder quando a convertibilidade da moeda local é restrita, como em países com controle de câmbio ou restrições de mercado. Principais alterações incluem: • **Definição de falta de convertibilidade:** A falta de convertibilidade ocorre quando a entidade não pode realizar transações cambiais normais ou transferir fundos devido a restrições legais ou práticas do mercado cambial; • **Exceção ao método de câmbio padrão:** Em caso de falta de convertibilidade, a IAS 21 permite o uso de uma taxa de câmbio apropriada, em vez da taxa de câmbio de fechamento, levando em consideração as limitações de convertibilidade. A empresa pode utilizar uma taxa de câmbio refletindo as restrições do mercado, desde que siga um procedimento contábil consistente e transparente. • **Mensuração e Apresentação:** A entidade deve adotar uma abordagem flexível para mensurar seus ativos e passivos em moeda estrangeira, garantindo transparência nas divulgações sobre as restrições cambiais e as técnicas alternativas de conversão utilizadas. • **Impacto nas Demonstrações Financeiras:** Quando houver falta de convertibilidade, as entidades podem se afastar das práticas tradicionais de conversão, como o uso das taxas de câmbio de fechamento do mercado. No entanto, devem ga-

rantir que a abordagem adotada seja consistente, adequada e devidamente divulgada nas demonstrações financeiras. • **Exigências de Divulgação:** A entidade será obrigada a divulgar informações detalhadas sobre as taxas de câmbio utilizadas, as dificuldades encontradas para converter a moeda local, e as restrições cambiais que afetam suas operações. Isso garantirá transparência e facilitará a compreensão dos investidores sobre as condições econômicas enfrentadas. A utilização de uma taxa alternativa não constitui escolha livre da entidade, devendo refletir, na medida do possível, uma taxa que seria observável em condições normais de mercado, conforme os princípios da IAS 21, com aplicação consistente e divulgações robustas. Na data-base destas demonstrações financeiras, a Companhia e suas controladas não possuem operações ou entidades localizadas em ambientes com restrições significativas à convertibilidade cambial, tampouco enfrentam limitações que caracterizem situação de falta de convertibilidade nos termos da norma. A Companhia irá continuar monitorando as mudanças contábeis e regulatórias, mas, no presente momento, essas alterações não têm impacto sobre suas demonstrações financeiras. **7.2 Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. • **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros:** As alterações emitidas pelo IASB refinam e esclarecem requisitos de classificação, mensuração, baixa (derecognition) e divulgação para instrumentos financeiros, em resposta à Revisão Pós Implementação da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros. Os principais pontos incluem: (i) orientação adicional para avaliação do critério SPPI (Solely Payment of Principal and Interest) em ativos financeiros com características contingentes (incluindo ESG linked), com reforços para non-recourse e instrumentos contratualmente vinculados; (ii) opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados via sistemas eletrônicos antes da data de liquidação, quando cumpridos critérios específicos; e (iii) novos requerimentos de disclosure na IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações, notadamente para instrumentos com características contingentes e para investimentos em instrumentos de capital designados ao PVOCI. As principais alterações são: **Desreconhecimento de passivo financeiro liquidado por transferência eletrônica:** As alterações permitem que uma entidade considere como liquidada uma obrigação financeira (ou parte da obrigação financeira) que será liquidada por meio de um sistema de pagamento eletrônico antes da data de liquidação, se critérios específicos forem atendidos. Se uma entidade optar por aplicar essa política contábil, será requerida a aplicá-la a todas as liquidações realizadas por meio do mesmo sistema de pagamento eletrônico. **Classificação de ativos financeiros:** • **Termos contratuais que são consistentes com um acordo básico de empréstimo:** As alterações fornecem orientação sobre como uma entidade pode avaliar se os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro são consistentes com um acordo básico de empréstimo. Isso tem como objetivo auxiliar uma entidade a aplicar os requisitos para avaliação das características dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características vinculadas a questões ambientais, sociais e de governança (ESG). • **Ativos financeiros com características 'non-recourse':** As alterações aprimoram a descrição do termo 'non-recourse', em especial para especificar que um ativo financeiro possui características de 'non-recourse' quando o direito final da entidade de receber fluxos de caixa é contratualmente limitado aos fluxos de caixa gerados por ativos específicos. • **Instrumentos contratualmente vinculados:** As alterações esclarecem as características dos instrumentos contratualmente vinculados que os diferenciam de outras operações. Em especial, destacam que esses instrumentos estabelecem uma ordem de prioridade nos pagamentos aos detentores de ativos financeiros por meio de múltiplos instrumentos vinculados (tranches), utilizando uma estrutura de pagamento em cascata (waterfall). Essa estrutura resulta em concentração de risco de crédito e em uma distribuição desproporcional de perdas entre os detentores das diferentes tranches. As alterações também observam que nem toda operação com vários instrumentos de dívida atende aos critérios para ser considerada como envolvendo instrumentos contratualmente vinculados. Além disso, esclarecem que a referência aos instrumentos na carteira subjacente pode incluir ativos financeiros que não estão dentro do escopo dos requisitos de classificação. **Divulgações:** • **Investimento em instrumento patrimonial designado a valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os requisitos da IFRS 7 foram alterados para exigir que a entidade divulgue o ganho ou perda de valor justo reconhecido no resultado abrangente durante o período, divulgando separadamente o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos baixados no período e o ganho ou perda de valor justo relacionado aos investimentos mantidos ao final do período. • **Termos contratuais que podem alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais:** As alterações exigem que a entidade divulgue termos contratuais que possam alterar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais na ocorrência (ou não ocorrência) de um evento contingente que não estejam diretamente relacionadas a mudanças nos riscos e custos básicos de empréstimos. Os requisitos se aplicam a cada classe de ativo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, bem como a cada classe de passivo financeiro mensurado ao custo amortizado. As alterações à IFRS 9 e IFRS 7 serão obrigatórias para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026. • **Melhorias Anuais às Normas Contábeis IFRS – Volume 11:** O IASB emitiu alterações a cinco normas contábeis IFRS como parte do seu processo de melhorias anuais. **IFRS 1 – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade – Contabilidade de hedge por um adotante inicial:** Para consistência com os requerimentos da IFRS 9, IFRS 1:85-86 foram alterados com relação ao critério de qualificação para o Hedge Accounting (ao invés de "condições") e para adicionar referências cruzadas à IFRS 9:6.4.1 para melhorar a compreensão da IFRS 1. **IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação – Ganho ou perda no desreconhecimento:** As alterações removem uma referência cruzada obsoleta na IFRS 7:B38 para um parágrafo que tinha sido deletado quando a IFRS 13 – Mensuração ao Valor Justo foi emitido e alinhou a redação desse parágrafo com os termos utilizados na IFRS 13. **Orientação para implementação da IFRS 7 – Divulgação da diferença diferida entre valor justo e preço da transação:** As alterações atualizam a IFRS 7:IG14 para tomar a redação desse parágrafo consistente com a IFRS 7:28 e melhorar a consistência interna do exemplo apresentado na IFRS 7:IG14. **Orientação para implementação da IFRS 7 – Introdução e divulgações sobre risco de crédito:** As alterações adicionam uma declaração à IFRS 7:IG1 esclarecendo que a orientação não necessariamente ilustra todos os requisitos dos parágrafos referenciados da IFRS 7. Também simplificam a explicação dos aspectos dos requisitos que não são ilustrados na IFRS 7:IG20B. **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Desreconhecimento de passivos de arrendamento:** As alterações adicionam uma referência cruzada à IFRS 9:3.3.3 na IFRS 9.2.1(b)(ii) para esclarecer que, quando o arrendatário determina que uma obrigação de arrendamento foi extinta conforme a IFRS 9, ele deve aplicar a IFRS 9:3.3.3 e, portanto, reconhecer qualquer ganho ou perda resultante no resultado. **IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Preço da transação:** As alterações substituem a expressão "peço preço da transação (conforme definido na IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes)" na IFRS 9:5.1.3 por "o valor determinado ao aplicar a IFRS 15", para resolver inconsistências entre a IFRS 9:5.1.3 e os requisitos da IFRS 15, que podem exigir que um recebível seja mensurado por um valor diferente do preço da transação reconhecido como receita. Além disso, a referência ao "preço da transação" (conforme definido na IFRS 15) foi excluída do Apêndice A da IFRS 9. **IFRS 10 – Demonstrações Consolidadas – Determinação de um 'agente de fato':** As alterações abordam preocupações de que os requisitos nos parágrafos IFRS 10:B73-B74 possam, em algumas situações, ser contraditórios. A IFRS 10:B73 refere-se a "agentes de fato" como partes que atuam em nome do investidor e afirma que a determinação de se outras partes estão atuando como agentes de fato exige julgamento. No entanto, a segunda frase da IFRS 10:B74 usa uma linguagem mais conclusiva, afirmando que uma parte é um agente de fato quando aqueles que dirigem as atividades do investidor têm a capacidade de direcionar essa parte a agir em nome do investidor. As alterações atualizam a IFRS 10:B74 para usar uma linguagem menos conclusiva e esclarecer que o relacionamento descrito é apenas um exemplo de circunstância em que é necessário julgamento para determinar se uma parte está atuando como agente de fato. **IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método do custo:** A alteração substituiu o termo "método do custo" por "ao custo" na IAS 7:37, em conformidade com a remoção da definição de "método do custo" das normas contábeis internacionais. As alterações mudam a mensuração para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2026, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026. • **Alterações à IFRS 9 e IFRS 7 – Contratos que fazem referência a eletricidade cuja geração depende de condições naturais: Alterações à IFRS 9 – Instrumentos Financeiros:** Os seguintes requisitos da IFRS 9 são afetados pelas alterações: • Os requisitos de uso próprio ("own-use") na IFRS 9 foram alterados para incluir os fatores que uma entidade deve considerar ao aplicar a IFRS 9:2.4 a contratos de compra e recebimento de energia renovável cuja fonte de produção depende de condições naturais. • Os requisitos de contabilidade de hedge na IFRS 9 foram alterados para permitir que uma entidade utilize um contrato de energia renovável que depende de condições naturais, com características específicas, como instrumento de hedge; • para designar um volume variável de transações previstas de energia como item objeto de hedge, desde que critérios específicos sejam atendidos; e • para mensurar o item objeto de hedge utilizando, as mesmas premissas de volume que aquelas usadas para o instrumento de hedge. **Alterações à IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Evidenciação e à IFRS 19**

Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgação: A IFRS 7 e a IFRS 19 foram alterados para introduzir requisitos de divulgação sobre contratos que fazem referência à energia dependente de condições naturais com características específicas. As alterações entram em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, com adoção antecipada permitida. As alterações à isenção de uso próprio devem ser aplicadas retrospectivamente, de acordo com o IAS 8, utilizando os fatos e circunstâncias existentes na data da adoção inicial. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2026. • **IFRS 18 - Apresentação e Divulgações nas Demonstrações Financeiras:** A IFRS 18 substituiu a IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras, mantendo várias exigências da IAS 1, além de incorporar novas exigências. Certos parágrafos da IAS 1 foram transferidos para a IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, bem como para a IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgações. Pequenas alterações também foram implementadas na IAS 7 – Demonstração do Fluxo de Caixa e na IAS 33 – Lucro por Ação. A IFRS 18 introduz novas exigências para: • Apresentação de categorias e subtotais na demonstração do resultado; • Divulgação das medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) nas notas explicativas; e • Melhorias nos requisitos de agregação e desagregação de informações. Essa mudança representa uma evolução significativa nos requisitos de divulgação nas demonstrações financeiras, impactando não apenas a equipe contábil, mas também a forma como a entidade gerencia suas comunicações estratégicas, funções, responsabilidades, processos de negócios e gerenciamento de dados. É obrigatória a divulgação de uma reconciliação, nas demonstrações financeiras anuais do período comparativo imediatamente anterior, para cada linha da demonstração de resultados, entre: • Os valores representados ao aplicar a IFRS 18; e • Os montantes apresentados anteriormente, sob a aplicação a IAS 1 (CPC 26). A IFRS 18 será obrigatória para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com adoção antecipada permitida. As alterações nas normas IAS 7, IAS 33, IAS 8 e IFRS 7 entrarão em vigor junto com a adoção da IFRS 18. A aplicação será retrospectiva, com disposições de transição específicas. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027. • **IFRS 19 - Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações:** A IFRS 19, referente às Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações, foi introduzida pelo IASB com o objetivo de facilitar a maneira como as subsidiárias, que não têm responsabilidade pública, realizam suas divulgações financeiras. A norma se aplica a subsidiárias que não têm por objetivo atrair capital do público, como é o caso de muitas empresas de pequeno e médio porte ou de empresas que não possuem ações negociadas em mercados públicos. O principal objetivo da IFRS 19 é permitir que subsidiárias sem responsabilidade pública (isto é, aquelas cujas ações ou instrumentos financeiros não são negociados publicamente) se beneficiem de uma redução nas exigências de divulgação. Isso significa que elas ficam isentas de cumprir algumas das exigências mais rigorosas que são aplicadas a empresas públicas de grande porte. A entidade pode aplicar a IFRS 19 apenas se, ao final do período de relatório: • For uma subsidiária (incluindo uma controladora intermediária); • Não tiver responsabilidade pública, e • Sua con-

troladora final ou qualquer controladora intermediária preparar demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis ao público, que atendam as Normas Contábeis IFRS. Uma subsidiária é considerada responsável publicamente caso: • Seus instrumentos de dívida ou patrimônios sejam negociados em um mercado público, ou se estiver no processo de emissão desses instrumentos para negociação em um mercado público (incluindo bolsas de valores nacionais ou estrangeiras, ou mercados de balcão, como mercados locais e regionais); ou • Detiver ativos fiduciários para um grupo abrangente de estrangeiros como um de seus principais negócios (exemplos incluem bancos, seguradoras, corretoras/negociantes de valores mobiliários, fundos mútuos, entre outros). Entidades que atendem aos critérios de elegibilidade podem aplicar a IFRS 19 em suas demonstrações financeiras consolidadas, separadas ou individuais. Uma controladora intermediária que não adotar a norma em suas demonstrações financeiras consolidadas pode aplicá-la nas suas demonstrações financeiras separadas. A norma será aplicável a partir de períodos de relatório iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, sendo permitida a adoção antecipada. Caso a entidade opte por adotar a IFRS 19 para um período de relatório anterior à adoção da IFRS 18, deverá aplicar um conjunto modificado de exigências de divulgação conforme descrito no anexo da IFRS 19. Caso a adoção ocorra antes de implementar as mudanças na IAS 21, as exigências de divulgação relacionadas à Falta de Convertibilidade não se aplicarão. A Companhia optou por não realizar a adoção antecipada para o exercício de 2025, de modo que irá fazer a avaliação de potenciais impactos para o exercício de 2027. **8. Instrumentos financeiros: a) Gerenciamento dos riscos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia para cada um dos riscos abaixo, os objetivos, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos financeiros e gerenciamento do capital. As atividades da Companhia o expõem a alguns riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de câmbio, risco de taxa de juros, risco de contrato de concessão e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O Conselho da CRVR tem a responsabilidade global pelo gerenciamento dos riscos financeiros. Compete à diretoria financeira definir as políticas, práticas de avaliação e propor medidas mitigadoras de tais riscos, que devem ser aprovadas e acompanhadas pelo Conselho. Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos. **i) Risco de mercado: Risco de câmbio:** As operações efetuadas pela Companhia são realizadas no mercado interno e não são afetadas pela variação cambial. **Risco de taxa de juros:** O risco de taxa de juros da Companhia decorre substancialmente de instrumentos financeiros expostos a taxas pós-fixadas (principalmente CDI, TLP, SELIC, IPCA e TR). Nos ativos financeiros estão vinculados a Certificados de Depósitos Bancários ("CDB") classificados nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os passivos financeiros das rubricas empréstimos, financiamentos e debêntures são contratados majoritariamente com taxas pós-fixadas acrescidas de um spread pré-fixado, sempre dentro de condições normais de mercado, atualizadas e mensuradas pelo seu custo amortizado. Para a análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros, a Administração adotou para o cenário razoavelmente possível uma valorização ou desvalorização das taxas de juros pós-fixadas em 25% tendo como base os montantes registrados no final do exercício de 2025 (25% em 2024), conforme abaixo.

Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2025	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	20.197	3.561
Títulos e valores mobiliários (nota 11)	2.855	511
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 17 e 18)	(157.176)	(826)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(134.124)	3.246
Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	79.483	11.879
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 17 e 18)	(129.887)	(620)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(50.404)	11.251

Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2025	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	20.197	3.561
Títulos e valores mobiliários (nota 11)	2.855	511
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 17 e 18)	(157.176)	(826)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(134.124)	3.246

Exposição em R\$	Taxa pós-fixada em 31/12/2024	Efeito razoavelmente possível no Resultado
Caixa e equivalentes de caixa (nota 10)	79.483	11.879
Empréstimos, financiamentos e debêntures (nota 17 e 18)	(129.887)	(620)
Exposição líquida a taxas pós-fixadas	(50.404)	11.251

A Companhia monitora os índices de mercado continuamente para avaliar os impactos potenciais nas despesas financeiras e a possível necessidade de substituir sua dívida. **Risco de preços:** Os valores das tarifas dos serviços prestados são, na maioria dos contratos através da lei 8.666/92, reajustados anualmente com base na variação do IPCA e em índices definidos no contrato, devendo ser levado em considerando as variações dos custos dos serviços em relação ao mercado de atuação e às próprias características. Os contratos da CRVR são com entes público e privados. Os contratos com entes públicos figuram na lei 8.666 que estabelece normas gerais sobre licitações dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Os contratos privados são firmados através de contratos de prestação de serviço. **ii) Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Para mitigar o risco de possibilidade da Companhia ter perdas decorrentes de inadimplência de suas instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros, a CRVR adota como prática somente realizar operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de rating.

Em 31 de dezembro de 2025	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	23.480	-	-	-	-	-	-	-	23.480
Títulos e valores mobiliários	2.855	-	-	-	-	-	-	-	2.855
Contas a receber de clientes	40.439	6.790	8.733	5.396	3.714	6.097	15.889	(3.615)	83.443
Mútuos a receber de partes relacionadas	125.385	-	-	-	-	-	-	-	125.385
Outras contas a receber	792	-	-	-	-	-	-	-	792
	192.951	6.790	8.733	5.396	3.714	6.097	15.889	(3.615)	235.955

Em 31 de dezembro de 2024	A vencer	Até 30 dias	Entre 31 e 60 dias	Entre 61 e 90 dias	Entre 91 e 180 dias	Entre 181 e 360 dias	Acima de 360 dias	PCLD	Valor contábil
Caixa e equivalentes de caixa	81.273	-	-	-	-	-	-	-	81.273
Contas a receber de clientes	47.034	14.644	186	20	3.773	1.643	10.453	(2.470)	75.283
Mútuos a receber de partes relacionadas	106.552	-	-	-	-	-	-	-	106.552
Outras contas a receber	2.567	-	-	-	-	-	-	-	2.567
	237.426	14.644	186	20	3.773	1.643	10.453	(2.470)	265.675

iii) Risco de liquidez: A liquidez da Companhia depende principalmente do caixa gerado pelas atividades operacionais, empréstimos de instituições financeiras brasileiras e financiamentos próprios. A gestão do risco de liquidez considera a avaliação dos requisitos de liquidez para assegurar que a CRVR disponha de caixa suficiente para atender seus compromissos e desenvolver as suas operações. O quadro abaixo analisa os passivos da Companhia, por faixas de vencimento, que compreende ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores apresentados não contemplam taxa de descontos contratuais.

Em 31 de dezembro de 2025	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Fornecedores e outras contas a pagar	35.740	-	-	-	35.740	35.740
Debêntures e Notas comerciais (a)	95.009	61.235	55.903	-	212.147	157.176
	130.749	61.235	55.903	-	247.887	192.916
Em 31 de dezembro de 2024	Menos de 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Entre 2 e 5 anos	Mais de 5 anos	Valor projetado	Valor contábil
Empréstimos e financiamentos (a)	545	-	-	-	545	545
Fornecedores e outras contas a pagar	27.505	-	-	-	27.505	27.505
Debêntures e Notas comerciais (a)	43.969	76.138	60.418	-	180.525	129.342
Passivo de arrendamento	173	-	-	-	173	173
	72.192	76.138	60.418	-	208.748	157.565

(a) Difere do valor contábil, pois refere-se ao valor estimado de desembolso. **b) Gerenciamento de capital:** Os objetivos da Companhia durante o processo de administração do seu capital são garantir a capacidade de continuidade e crescimento das suas operações, visando oferecer retorno aos acionistas, bem como manter uma estrutura de capital ideal para minimizar despesas financeiras. Para manter boas práticas na gestão da estrutura de capital, a Companhia, quando aprovada pelos acionistas controladores, pode reter sua política de distribuição de dividendos (ou juros sobre capital próprio), emitir novas ações ou reduzir capital. Adicionalmente, a Companhia utiliza o endividamento líquido, para acompanhar a sua performance de geração de caixa, bem como para utilização em comparação com parâmetros de mercado. O endividamento líquido da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 podem ser

c) Valor justo dos instrumentos financeiros: Os valores justos e os saldos contábeis dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, estão demonstrados a seguir:

Hierarquia do valor justo	Categoria	Valor Contábil	Valor justo	2025	Valor Contábil	Valor justo
Ativos financeiros:	Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	VJR	23.480	23.480	81.273
	Títulos e valores mobiliários	Nível 1	VJR	2.855	2.855	-
	Contas a receber de clientes	Custo amortizado		83.443	83.443	75.283
	Outras contas a receber	Custo amortizado		792	792	2.567
	Mútuos a receber de partes relacionadas	Custo amortizado		125.385	125.385	106.552
	Total					

CRVR - RIOGRANDENSE VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS S.A. - CNPJ nº 03.505.185/0001-84

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2 - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente; e • Nível 3 - inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças, se aplicável. **9. Aspectos ambientais:** As operações da Companhia estão sujeitas a riscos ambientais, os quais são controlados por procedimentos operacionais e controles com investimentos em equipamentos e sistemas de controle de poluição. As despesas com questões ambientais contínuas são reconhecidas ao resultado quando incorridas e os investimentos em novos equipamentos e sistemas são capitalizados. A Companhia realiza mensalmente provisão para fechamento, e pós-fechamento neste caso para monitoramento e o controle dos impactos do aterro após o seu fechamento, bem como as atividades que devem ser executadas, ao longo de um período pré-estabelecido no processo de licenciamento, ou de acordo com a NBR 13.896 que determina o monitoramento por um período de 20 anos após o seu fechamento podendo o mesmo ser reduzido ou estendido, vide nota explicativa nº 21b. As provisões de recuperação operacional do sistema de aterro são constituídas mensalmente, assim como o seu custo médio de formação, vide nota explicativa nº 21c. A Companhia não mantém nenhuma provisão contingencial para perdas relacionadas a questões ambientais, com base na legislação ambiental em vigor no Brasil.

Custo	Saldo em 31/12/2023	Adição	(-) Baixa	Transf. rência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	165.552	-	-	25.254	190.806
Terrenos, edificações e construção civil	39.227	-	-	26.376	65.603
Benefetorias em bens de terceiros	563	-	-	-	563
Máquinas e equipamentos	27.528	12.559	(714)	194	39.567
Móveis e utensílios	1.051	33	(21)	-	1.063
Equipamentos de informática	1.434	119	(18)	-	1.535
Veículos e equipamentos	583	-	-	39	622
Imobilizado em andamento	54.485	31.704	-	(51.863)	34.326
Total	290.423	44.415	(753)	-	334.085

Depreciação	Saldo em 31/12/2023	Depreciação	(-) Baixa	Transf. rência	Saldo em 31/12/2024
Aterro e infra em aterros	(91.311)	(12.444)	-	-	(103.755)
Terrenos, edificações e construção civil	(2.458)	(1.777)	-	-	(4.235)
Benefetorias em bens de terceiros	(505)	(20)	-	-	(525)
Máquinas e equipamentos	(14.601)	(2.827)	270	-	(17.158)
Móveis e utensílios	(554)	(74)	17	-	(611)
Equipamentos de informática	(792)	(200)	12	-	(980)
Veículos e equipamentos	(303)	(105)	-	-	(408)
Total	(110.524)	(17.447)	299	-	(127.672)

Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa (Teste de Impairment):	2025	2024
Caixa e bancos	3.283	1.790
Certificado de depósito bancário (CDB)	20.197	79.483
Total	23.480	81.273

11. Títulos e valores mobiliários	2025	2024
Circulante	90	-
Não circulante	2.765	-
Total	2.855	-

12. Contas a receber de clientes:	2025	2024
Clientes públicos:		
Valores faturados	39.353	32.544
Medições a faturar	28.824	30.583
Total	68.177	63.127

13. Impostos a recuperar:	2025	2024
INSS	4.407	4.243
Pis e Cofins	2.161	1.579
IRPJ	3.727	818
CSLL	628	843
ICMS	173	4
Outros impostos	3	62
Total	11.099	7.549

14. Imobilizado:	2025	2024
Aterro e infra em aterros (*)	190.806	216.218
Terrenos, edificações e construção civil (**)	65.603	442
Benefetorias em bens de terceiros	563	-
Máquinas e equipamentos	39.567	763
Móveis e utensílios	1.063	56
Equipamentos de informática	1.535	114
Veículos e equipamentos	622	-
Imobilizado em andamento	34.326	58.376
Total	334.085	393.199

15. Fornecedores:	2025	2024
Fornecedores	31.946	25.607
Partes relacionadas - nota 23	3.794	1.730
Total	35.740	27.337

16. Dividendos a pagar:	2025	2024
Dividendos a pagar	2025	2024
Controladora:	3.554	2.600
Riograndense Participações S.A.	3.554	2.600

17. Empréstimos e financiamentos:	2025	2024
Saldo inicial	2.600	-
Dividendos propostos	72.172	33.668
Pagamento de dividendos	(71.218)	(31.068)
Saldo final	2.600	2.600

18. Debêntures e Notas comerciais	2025	2024
Entidade	2025	2024
Debêntures (a)	104.661	130.435
Nota comercial (b)	53.207	-
(-) Custo de captação	(692)	(1.093)
Total	157.176	129.342

19. Salários, benefícios e encargos sociais:	2025	2024
Salários	924	-
Encargos trabalhistas	723	601
Férias	2.618	2.149
Participação nos resultados	1.848	1.513
Outros	55	31
Total	6.168	4.294

20. Impostos, taxas e contribuições:	2025	2024
ISS	2.911	4.441
PIS	909	1.816
Cofins	4.344	8.540
ICMS	386	195
IRRF	275	251
INSS Retido	506	477
ISS Retido	184	150
IRPJ/CSLL	1.359	10.401
Outros	54	87
Total	10.928	26.358

21. Provisões:	2025	2024
Provisões para riscos cíveis, fiscais e trabalhistas (a)	1.592	673
Provisão para fechamento e pós fechamento de aterro (b)	13.520	52.342
Provisões de recuperação operacional do sistema de aterro (c)	11.513	4.874
Provisão para indenização em venda de investida	31	31
Total	26.656	57.920

22. Imposto de renda e contribuição social:	2025	2024
Lucro antes dos impostos e das participações no resultado	120.624	135.053
Alíquota nominal do imposto de renda e da contribuição social - %	34	34
Despesa esperada com imposto de renda e contribuição social	(41.012)	(45.918)
Incentivos	712	572
Total	(40.298)	(40.298)

23. Partes relacionadas: Remuneração de pessoal-chave da Administração:	2025	2024
Salários e encargos	(28.227)	(27.734)
Aluguel	(36.805)	(40.251)
Depreciações e amortizações	(14.804)	(17.638)
Materiais aplicados nos serviços	(26.593)	(21.836)
Produtos de terceiros(a)	(76.711)	(54.171)
Créditos fiscais (b)	2.846	8.986
Energia elétrica	(2.395)	(1.598)
Fechamento de aterro	38.822	9.239
Licenças e taxas	(40)	(25)
Outros custos de produção	2.568	(5.387)
Total	(141.339)	(150.462)

24. Patrimônio líquido: a) Capital social:	2025	2024
Salários e encargos	(28.227)	(27.734)
Aluguel	(36.805)	(40.251)
Depreciações e amortizações	(14.804)	(17.638)
Materiais aplicados nos serviços	(26.593)	(21.836)
Produtos de terceiros(a)	(76.711)	(54.171)
Créditos fiscais (b)	2.846	8.986
Energia elétrica	(2.395)	(1.598)
Fechamento de aterro	38.822	9.239
Licenças e taxas	(40)	(25)
Outros custos de produção	2.568	(5.387)
Total	(141.339)	(150.462)

25. Receita operacional líquida:	2025	2024
Receita de coleta e tratamento de resíduos	333.432	352.058
Receita com manufatura reversa	1.476	358
Receita venda de biogás	10.397	2.126
Total receita bruta	345.305	354.542

...continuação



MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO Porto Alegre, abril de 2026

A Administração da Alibem Alimentos S.A. ("Alibem"), companhia brasileira de capital fechado, apresenta suas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e conforme as normas internacionais de relatórios financeiros IFRS (International Financial Reporting Standards) emitidas pelo IASB (International Accounting Standards Board).

Balanco Patrimonial 31 de dezembro de 2025 e 2024 - (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2025	31/12/2024	Passivo e patrimônio líquido	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.551.884	769.489	Fornecedores		158.416	167.016
Aplicações financeiras	4	185.740	93.595	Empréstimos e financiamentos	13	705.946	161.004
Bancos conta vinculada			37	Instrumentos financeiros derivativos	14	-	20.978
Instrumentos financeiros derivativos	14	2.237	-	Salários e encargos sociais		44.399	36.846
Contas a receber de clientes	5	212.407	167.583	Impostos e contribuições a recolher	15	11.311	5.077
Estoques	7	208.677	192.805	Provisão para contingências	10	9.233	7.855
Ativos biológicos	8	459.084	433.630	Partes relacionadas	9	437	15.866
Partes relacionadas	9	500	-	Obrigações com aquisições patrimoniais		-	303
Impostos e contribuições a recuperar	6	36.556	51.973	Dividendos	16	17.000	-
Adiantamentos a fornecedores	4	4.128	5.631	Adiantamentos de clientes		18.689	7.522
Outros ativos		6.978	4.008	Outros passivos		8.970	8.212
		2.668.291	1.718.751			974.401	430.679
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Empréstimos e financiamentos	13	1.266.519	796.243
Depósitos judiciais	10	1.336	1.052	Impostos e contribuições a recolher	15	-	179
Impostos e contribuições a recuperar	6	15.066	15.066	IR e contribuição social diferidos	21	60.970	22.171
Adiantamento para futuro aumento de capital em controlada		-	260	Partes relacionadas	9	330.000	330.079
Outros ativos		1.117	1.018			1.657.489	1.148.672
Ativos biológicos	8	211.207	204.381				
Investimento	11	24.192	10.865	Patrimônio líquido			
Imobilizado	12	362.884	355.150	Capital social		569.923	484.000
Intangível		1.229	275	Ajustes de avaliação patrimonial		23.532	23.932
		617.031	588.067	Outros resultados abrangentes		1.475	(13.845)
		3.285.322	2.306.818	Reservas de lucros		58.031	146.991
				Reserva de incentivos fiscais		477	86.289
						653.432	727.467
Total do ativo				Total do passivo e patrimônio líquido		3.285.322	2.306.818

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	Reserva de lucros		Ajuste de avaliação patrimonial		Lucros acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Reserva Incen-tivos Fiscais	Reserva legal	Reserva de lucros retidos	Reserva de avaliação patrimonial			
Em 31 de dezembro de 2023	374.000	86.318	34.603	24.359	1.284	546.518	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	118.035	118.035
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	-	(427)	-	427	-
Aumento de capital	110.000	-	-	-	-	-	110.000
Ganho (perda) aquisição de investimentos Maxbem	-	71	-	(28)	-	-	43
Instrumentos financeiros derivativos (hedge accounting)	-	-	-	-	-	(15.129)	(15.129)
Destinação dos resultados:							
Constituição reserva legal	-	-	5.902	-	-	(5.902)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	(32.000)	(32.000)
Constituição de reservas	-	-	-	80.560	-	(80.560)	-
Em 31 de dezembro de 2024	484.000	86.389	40.505	106.486	23.932	(13.845)	727.467
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	326.048	326.048
Aumento de capital social	85.923	(85.923)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído ao ativo imobilizado	-	-	-	(400)	-	400	-
Perda na aquisição de investimentos - Maxbem	-	-	-	-	-	(8)	(8)
Instrumentos financeiros derivativos (hedge accounting)	-	-	-	-	-	15.320	15.320
Destinação dos resultados:							
Constituição de reserva legal	-	-	16.303	-	-	(16.303)	-
Juros s/capital próprio/dividendos	-	-	-	(106.000)	-	(309.400)	(415.400)
Constituição reservas de lucros	-	-	-	737	-	(737)	-
Em 31 de dezembro de 2025	569.923	471	56.808	1.223	23.532	1.475	653.432

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Alibem Alimentos S.A. (a "Companhia") foi fundada em junho de 2000, e possui sede em Porto Alegre - RS. Suas atividades principais consistem na criação e abate de suínos, na industrialização de produtos derivados de suínos e na fabricação de ração utilizada unicamente para alimentação dos seus suínos em criação, bem como o comércio atacadista e varejista de carnes e produtos congêneres, atuando em todo o território nacional e exportando para diversos países. A Companhia opera três frigoríficos, três fábricas de ração, dezesseis granjas próprias, estruturas de integração de suínos, quatro unidades comerciais e três unidades de logística, além de contar com uma equipe de profissionais qualificados e com larga experiência no mercado de proteína animal, a fim de atender os mais altos níveis de exigências de toda a cadeia produtiva, desde a criação dos suínos até a comercialização de seus produtos. A Companhia é controlada da Carlos Lee Participações e Administração Ltda.

2. Resumo das políticas contábeis materiais: **2.1. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas a partir da Nota 2.4. As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por certos ativos e passivos mensurados a valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria da Companhia em 23 de março de 2026. **Demonstrações financeiras consolidadas:** A Companhia é controlada pela empresa Carlos Lee Participações e Administração Ltda., e é controladora direta da Maxbem Agronegócios e Meio Ambiente Ltda., através de integralização de capital realizada em dezembro de 2023, e, dessa forma, está sujeita às disposições previstas no pronunciamento técnico CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas. A Administração decidiu não apresentar as demonstrações financeiras consolidadas, como facultadas pelo parágrafo 4 (a) do referido pronunciamento, uma vez que a sua controladora Carlos Lee Participações e Administração Ltda. disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas. **2.2. Mudança nas normas contábeis:** Não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 referente a novas normas ou alterações de normas contábeis vigentes a partir deste exercício. Não existem novas normas emitidas ou alterações de normas vigentes que ainda não tenham sido adotadas pela Administração. Adicionalmente, a Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alterações que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Adicionalmente, elencamos abaixo as normas e interpretações novas e as alterações de normas contábeis emitidas até o momento, mas não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia. • IFRS 18/CPC 51. Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras - vigência a partir de 01 de janeiro de 2027; • IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações - vigência a partir de 01 de janeiro de 2027; • IFRS 9 e IFRS 7: Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros - vigência a partir de 01 de janeiro de 2026. A Companhia pretende adotar as novas normas e interpretações revisadas, quando aplicável, à medida que entrarem em vigor. Na avaliação da Administração, não são esperados impactos materiais nas demonstrações financeiras. No que se refere ao IFRS 18, sua adoção implicará principalmente alterações na apresentação da demonstração do resultado do exercício, além da exigência de divulgações adicionais relacionadas às medidas de desempenho definidas pela Administração, sem, contudo, impactar o lucro líquido da Companhia. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** a) Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. b) Transações e saldos: As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, em especial caixa e equivalentes, contas a receber, fornecedores e empréstimos e financiamentos, são reconhecidos na demonstração do resultado, como receita ou despesa financeira. **2.4. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.5. Instrumentos financeiros:** 2.5.1. Classificação: Os ativos financeiros são classificados sob as seguintes categorias de mensuração: • Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado); • Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa. A Companhia não possui ativos financeiros classificados como ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, exceto pelos instrumentos financeiros registrados pelo hedge accounting, conforme nota 2.5.5. A Companhia classifica os seguintes ativos financeiros ao custo amortizado: • Títulos e

Demonstração do Resultado - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida		17	2.385.524
Custos dos produtos vendidos	18	(1.647.943)	(1.622.645)
Variação do valor justo de ativos biológicos	18	25.943	94.218
Lucro bruto		764.203	495.691
Despesas de vendas	18	(212.187)	(211.167)
Despesas gerais e administrativas	18	(99.983)	(87.644)
Resultado de equivalência patrimonial	11	(1.090)	(582)
Outras receitas (despesas), líquidas	19	2.907	2.848
Lucro operacional		453.850	199.146
Despesas financeiras	20	(185.907)	(135.818)
Recitas financeiras	20	132.949	70.552
Variação cambial, líquida	20	(860)	9.601
Lucro antes do IR e da contribuição social		400.832	143.481
Imposto de renda e contribuição social		-	-
Corrente	21	(43.078)	(963)
Diferido	21	(30.906)	(24.483)
Lucro líquido do exercício		326.048	118.035
Média de ações durante o exerc. - em lotes de mil		208.849	208.849
Lucro do exercício por ação - em R\$		1,56	0,57

Demonstração do Resultado Abrangente - Exercícios findos em dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro líquido do exercício	326.048	118.035
Outros componentes do resultado abrangente, líquido de impostos diferidos	15.320	(15.129)
Resultado abrangente do exercício	341.368	102.906

A mensuração do valor justo dos ativos biológicos é feita trimestralmente, pois considera que esse intervalo é suficiente para que não haja defasagem significativa do saldo de valor justo dos ativos biológicos registrado em suas informações financeiras e está alinhada com a periodicidade da apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. O ganho ou perda na variação do valor justo dos ativos biológicos são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem, em linha específica da demonstração do resultado, denominada "Efeito líquido de valor justo dos ativos biológicos", em conjunto com os montantes de realização da variação do valor justo por venda. O processo de engorda e abate dos suínos tem um ciclo aproximado de 160 dias, variável com a cultura e material genético a que se refere. No caso das florestas provenientes de reflorestamento, o ciclo desta operação é de 7 anos. **2.11. Impairment de ativos não financeiros:** Os ativos que estão sujeitos a amortização são reavaliados para a verificação de impairment sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por impairment é reconhecida pelo valor em que o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sofrido impairment, são reavaliados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do impairment na data de apresentação do relatório. **2.12. Contas a pagar aos fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor de aquisição, e subsequentemente, modificadas pelo valor com o uso do método de taxa efetiva de juros. Estes compromissos, que possuem prazo médio de pagamento inferior a 60 dias, não têm caráter de financiamento. Portanto estas contas não são descontadas a valor presente. A Companhia não possui operações de risco salvo, "confirming" e/ou "forfeit" para seus fornecedores através de convênios com instituições financeiras. **2.13. Empréstimos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores capturados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. **2.14. Provisões:** Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada), em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada no resultado da demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **2.15. Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o respectivo imposto diferido estiver realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado. O imposto de renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-lo quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. **2.16. Reconhecimento da receita de venda de produtos:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor pode ser mensurado com segurança e for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade, e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. a) **Venda de produtos:** As vendas são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o canal e o preço de venda dos produtos, e desde que não haja nenhuma obrigação não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de obsolescência e perda são transferidos, e o cliente aceita os produtos de acordo com o contrato de venda e suas disposições de aceite prescritas. A Companhia mantém evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. A receita é reconhecida apenas na medida em que for altamente provável que não irá ocorrer uma reversão significativa. As vendas são realizadas com prazo de pagamento de aproximadamente 40 dias, portanto, não têm caráter de financiamento, o que é consistente com a prática do mercado. Portanto, essas vendas não são descontadas ao valor presente. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado. b) **Componentes de financiamento:** A Companhia não prevê ter contratos nos quais o período entre a transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente e o pagamento por parte do último exceda um ano. Como consequência, a Companhia não ajusta os preços de transação em relação ao valor do dinheiro no tempo. c) **Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado é calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos:** As estimativas e julgamentos contábeis críticos são continuamente avaliadas e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam maior significância com probabilidade de causar uma diferença relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas explicativas. As principais operações e saldos impactados por estimativas e julgamentos estão relacionadas à avaliação de perdas ao valor de recuperação de ativos

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 (Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais	311.122	118.035
Lucro líquido do exercício	326.048	118.035
Ajustes:		
Provisão para perdas esperadas	(423)	(107)
Variação do valor justo de ativos biológicos	(25.943)	(84.218)
Variação de resultado financeiro	166.802	160.751
Imposto de renda e contribuição social diferidos	30.906	24.483
Depreciações e amortizações	27.470	24.746
Baixas do ativo imobilizado, matrizes e intangível	32.489	32.132
Provisão para contingências	1.378	555
Resultado da equivalência patrimonial	1.090	582
	559.817	276.959
Variação nos ativos e passivos		
Banco conta vinculada	37	71
Contas a receber de clientes	(44.401)	(31.501)
Estoques	(15.872)	15.834
Ativos biológicos	(5.485)	21.943
Adiantamentos a fornecedores	1.503	(153)
Impostos a recuperar	15.317	3.039
Depósitos judiciais	(284)	(412)
Outros ativos	(3.069)	708
Fornecedores	(8.600)	(21.815)
Obrigações por aquisições patrimoniais	(303)	(378)
Salários e encargos sociais	7.555	650
Impostos e contribuições a recolher	6.055	(3.582)
Adiantamento de clientes	11.167	(4.872)
Outros passivos	758	1.157
	(35.624)	(19.305)
Caixa líquido ger. pelas atividades operacionais	524.193	257.654
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de ativo imob., matrizes e intangível	(69.503)	(52.936)
Títulos e valores mobiliários	(92.145)	34.070
Integralização de capital Maxbem	(14.410)	(10.160)
Outras movimentações no investimento	(10)	-
Caixa líquido aplicado nas ativ. de investimento	(176.068)	(29.026)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	110.000
Pagamento de dividendos e juros s/capital próprio	(398.400)	(27.200)
Empréstimos tomados	1.170.792	782.905
Pagamentos de empréstimos	(230.152)	(712.995)
Juros pagos	(38.645)	(107.125)
Transações com partes relacionadas	(240)	(260)
Empréstimos de acionistas	(69.085)	(42.342)
Caixa líquido oriundo das ativ. de financiamento	434.270	2.983
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	782.395	231.611
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	769.489	537.878
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.551.884	769.489
	782.395	231.611

financeiros, em especial as contas a receber de clientes e na avaliação do valor justo dos ativos biológicos.

4. Disponibilidades

	31/12/2025	31/12/2024
4.1. Caixa e equivalentes de caixa:		
Disponibilidades	1.059	981
Bancos no exterior	36.276	27.511
Contas correntes bancárias	1.641	3.170
Títulos e valores mobiliários	1.512.908	737.827
	1.551.884	769.489

4.1.1. Bancos no exterior: Referente a valores de faturas liquidadas por clientes no exterior diretamente nas contas bancárias da Companhia fora do país. A Companhia opta por manter algum saldo nestas contas para eventuais despesas e custos que possam surgir no exterior, entretanto possui o direito, a qualquer momento, de transferir estes saldos para suas contas bancárias dentro do país mediante os procedimentos requeridos pelo Banco Central do Brasil. 4.1.2. Títulos e valores mobiliários: Em 31 de dezembro de 2025 os títulos e valores mobiliários estão sendo remunerados por taxa média ponderada de 101% (101% em 31 de dezembro de 2024) da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, com possibilidade de resgate sem alterações relevantes de valor. **4.2. Bancos conta vinculada:** Referente a saldos mantidos pela Companhia para garantia de um empréstimo obtido pela sua empresa ligada Agra Agroindustrial de Alimentos S.A. junto às instituições financeiras. O movimento dessa operação foi encerrado em dezembro de 2025 (RS 37 em 31 de dezembro de 2024). **4.3. Aplicações financeiras:** Em 31 de dezembro de 2025 as aplicações financeiras estão sendo remuneradas por taxa média ponderada de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (de 101% em 31 de dezembro de 2024). Esses saldos são mantidos pela Companhia como garantia para operações contratadas junto a instituições financeiras. O saldo desta conta em 31 de dezembro de 2025 totaliza R\$185.740 (RS 93.595 em 31 de dezembro de 2024).

5. Contas a receber de clientes

	31/12/2025	31/12/2024
Mercado interno	96.257	94.582
Mercado externo	116.395	73.669
	212.652	168.251
(-) Provisão para perdas esperadas	(245)	(668)
	212.407	167.583

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a provisão para perdas esperadas foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as eventuais perdas esperadas na realização dos créditos. A seguir apresentamos as operações vencidas e a vencer, para as quais a Companhia registrou provisão para perdas esperadas quando entendeu ser necessário:

	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	208.860	165.612
Vencidas entre 1 e 30 dias	3.444	1.938
Vencidas entre 31 e 180 dias	206	92
Vencidas há mais de 180 dias	142	609
Total saldos vencidos e a vencer	21	

ALIBEM Alibem Alimentos S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Principais premissas utilizadas na determinação do valor justo: Os ativos biológicos da Companhia são compostos por suínos destinados à reprodução e à produção, segregados entre ativo circulante e não circulante...

As CPR-F emitidas em 06/2023, 12/2023 e 06/2025, são mantidas com os acionistas, com prazos finais de vencimento, respectivamente, 05/2034, 01/2033 e 07/2031. As CPR-F possuem juros semestrais (CDI + 2,5% a 3,5% a.a.) e não possuem garantias reais, exceto aval da Agra Agroindustrial S.A.

Table with 2 columns: Circulante and Não circulante, showing values for 31/12/2025 and 31/12/2024.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista no montante aproximado de R\$ 48.435 (R\$ 58.340 em 31 de dezembro de 2024)...

11. Investimentos: No ano de 2023 ocorreu a integralização de capital pela Companhia na empresa Maxbem Agronegócios e Meio Ambiente Ltda. ("Maxbem"), convertendo-se em controlada da Companhia.

Adicionalmente, a Companhia está envolvida em outros processos judiciais e administrativos de natureza cível, tributária e trabalhista no montante aproximado de R\$ 48.435 (R\$ 58.340 em 31 de dezembro de 2024)...

Table with 4 columns: Nome, Negócio, Relacionamento, Participação direta (%). Shows Maxbem Agronegócios e Meio Ambiente Ltda. with 99,22% participation.

Table with 5 columns: Saldo em 01 de janeiro de 2024, Custos, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro de 2024, Saldo em 31 de dezembro de 2025. Rows include terrenos, veículos, móveis e imobilizado.

13. Emprestimos e financiamentos: Encargos financeiros 31/12/2025 31/12/2024. Includes CRA 2025 - Subordinada, CRA 2025 - Mezanino, CRA 2025 - Sênior, BNDES Finame, Cédula Créd. Exportação CCE US\$ e Cédula de Prod. Rural - Recursos Livres.

Table with 5 columns: Saldo em 01 de janeiro, Custos, Depreciação acumulada, Saldo em 31 de dezembro, Saldo em 31 de dezembro de 2025. Rows include empréstimos, financiamentos, passivo circulante, passivo não circulante.

14. Instrumentos financeiros derivativos: A Companhia possui operações de Non-Deliverable Forward (NDF) visando proteger a exposição das vendas futuras em dólar, enquadradas na estrutura de contabilidade de hedge, conforme prática contábil descrita na nota 2.5.5.

Table with 5 columns: Vencimento, Moeda, Valor justo (R\$), Notional (USD). Shows contracts for 31/12/2025 and 31/12/2024.

15. Impostos e contribuições a recolher: 31/12/2025 31/12/2024. Includes ICMS, INSS parcelamento, Parcelamento - devolução SELIC, IRPF - Imposto de renda, IRPJ - Imposto de renda, CSLL - Contribuição de renda, Outros débitos, Contribuição previdenciária.

16. Patrimônio líquido: Capital social: Em 30 de dezembro de 2025, conforme aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, houve aumento de capital social, mediante a capitalização de saldo de reserva de incentivos fiscais...

17. Receita líquida: 31/12/2025 31/12/2024. Includes Mercado interno, Mercado externo, Instr. financ. derivativos - hedge accounting, Devolução de vendas, Impostos sobre vendas.

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Custos e despesas por natureza, Despesas gerais e administrativas, Pessoal, Comissões sobre vendas, Serviços de terceiros, Matéria prima e ajuste a valor justo dos ativos biológicos, Manutenção, Materiais consumidos, Fretes sobre vendas, Despesas com exportação, Energia elétrica, Material genético, Material limpeza, Informática, Armazenagem, Depreciação e amortização, Despesas acordo comerciais, Aluguéis/Arendamentos, Seguros, Coleta e tratamento de resíduos, Pedágio sobre fretes, Outros.

19. Outras receitas (despesas), líquidas: 31/12/2025 31/12/2024. Includes Indenização de seguros, Indenizações cíveis, Venda de imobilizado, Baixa bens imobilizado, Receitas/despesas diversas (*).

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Resultado financeiro e variação cambial: a) Receitas e despesas financeiras, b) Resultado financeiro líquido.

Table with 5 columns: 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, Insumos, Produtos acabados, Empréstimos, Exposição líquida, Fatur. liq. de devoluções.

20. Resultado financeiro e variação cambial: a) Receitas e despesas financeiras, b) Resultado financeiro líquido. Includes Juros auferidos, Descontos auferidos, Renda de aplicações financeiras, Variações monetárias ativas, Receitas financeiras, Juros sobre passivos, Juros e encargos s/emprést. e financiamentos, Despesas bancárias, Despesas financeiras.

22. Gestão de risco financeiro: 22.1. Fatores de risco financeiro: a) Classificação dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Table with 5 columns: Taxa de juros, Contábil 31/12/2025, Taxa Posição 31/12/2025, +25%, +50%, -25%, -50%. Rows include CDI, CRA 2025 - Subordinada, CRA 2025 - Mezanino, CRA 2025 - Sênior, Nota comercial, Cédula Créd. Exportação CCE R\$, Cédula de Prod. Rural com Lig. Financeira, Pré-pagamento de exportação, Títulos e valores mobiliários, SELIC, BNDES Finame, TR, FINEP, IPCA, BNDES Finem, TILP/SELIC, BNDES Automático.

c) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. As aplicações financeiras, depósitos bancários e outros instrumentos financeiros têm como contraparte, instituições financeiras de reconhecida solidez e/ou são lastreadas em títulos garantidos por estas instituições...

Table with 4 columns: Menos de 1 ano, 1 a 5 anos, Mais de 5 anos, Total. Rows include Emprést. e financiamentos, Partes relacionadas, Fornecedores.

MAXIMILIANO CHANG LEE Diretor CPF 924.420.480-00 EDUARDO SHEN PACHECO DA SILVA Diretor CPF 961.358.240-15 JOSÉ ROBERTO FRAGA GOULART Diretor CPF 286.243.510-49 DIRCE FONTOURA Contadora CRC-RS 042097/O-1 CPF 374.195.790-91

b) Variação cambial: 31/12/2025 31/12/2024. Includes Variações cambiais ativas, Variações cambiais passivas, Variação cambial, líquida. 21. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos: A composição dos tributos diferidos está apresentada a seguir: 31/12/2025 31/12/2024.

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Resultado antes dos impostos sobre o lucro, Alíquota combinada dos impostos, (Despesa) tributária/benefício fiscal, Diferenças permanentes, Benefício de exclusão sobre ICMS base reduzida e presumido, Benefício excl. SELIC base cálc. IRPJ/CSLL (*), Juros sobre capital próprio, Lei do Bem (Lei nº 11.196/2005), Outros.

Table with 5 columns: 2025, 2024, 2025, 2024. Rows include Banco no exterior, Contas a receber, Insumos, Produtos acabados, Empréstimos, Exposição líquida, Fatur. liq. de devoluções.

Na avaliação da administração o valor justo de seus instrumentos financeiros se aproxima do valor contábil. A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Table with 5 columns: Cenário Provável, Cenário Possível, Cenário Remoto, Cenário Possível, Cenário Remoto. Rows include Taxa, Dólar, Exposição líquida, Efeito do lucro antes da tributação.

22. Gestão de risco financeiro: 22.1. Fatores de risco financeiro: a) Classificação dos instrumentos financeiros: A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

Table with 5 columns: Taxa de juros, Contábil 31/12/2025, Taxa Posição 31/12/2025, +25%, +50%, -25%, -50%. Rows include CDI, CRA 2025 - Subordinada, CRA 2025 - Mezanino, CRA 2025 - Sênior, Nota comercial, Cédula Créd. Exportação CCE R\$, Cédula de Prod. Rural com Lig. Financeira, Pré-pagamento de exportação, Títulos e valores mobiliários, SELIC, BNDES Finame, TR, FINEP, IPCA, BNDES Finem, TILP/SELIC, BNDES Automático.

e) Gestão de capital: Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado.

Table with 3 columns: 31/12/2025, 31/12/2024. Rows include Empréstimos e financiamentos, Instrumentos financeiros derivativos, (-) Caixa e equivalentes de caixa, (-) Aplicações financeiras, Dívida líquida (A), Total do patrimônio líquido (B), Relação endividamento líquido sobre patrimônio líquido (A/B).

23. Seguros: Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros: Bens Segurados, Riscos Cobertos, Montante Coberturas. Includes Caminhões, Veículos, Patrimonial, Mercadorias.

»»» Continuação ALIBEM Alibem Alimentos S.A.	Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras	
<p>Aos Administradores e Acionistas da Alibem Alimentos S.A. Porto Alegre - RS</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Alibem Alimentos S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.</p> <p>Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.</p> <p>Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. Reconhecimento de receita - corte das vendas: A Companhia opera no comércio de carnes e produtos relacionados, produzindo e embarcando diariamente grandes quantidades de produtos para clientes em território nacional e no exterior. Desta forma, a receita de vendas é reconhecida quando a Companhia satisfaz a obrigação de desempenho, que pode não ocorrer na mesma data da emissão da nota fiscal de venda. A determinação do momento de reconhecimento das receitas envolve análise das condições comerciais, as quais podem variar, principalmente, entre as vendas para o mercado interno e para o mercado externo. A complexidade inerente ao processo de reconhecimento da receita e o grande volume de itens faturados, em termos de quantidades e valores, podem levar ao risco de reconhecimento antecipado de receita. Em função desses aspectos, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria. A divulgação das receitas auferidas pela Companhia, incluindo os critérios de reconhecimento, está incluída nas notas explicativas 2.15 e 17. <i>Como nossa auditoria conduziu esse assunto:</i> Nossos procedimentos incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de vendas da Companhia, incluindo o momento de reconhecimento das receitas e dos respectivos contas a receber; (ii) análise das movimentações mensais sobre os saldos de receita reconhecidos pela Companhia, de modo a avaliar a existência de variações contrárias às nossas expectativas estabelecidas com base em nosso conhecimento do setor e da Companhia; (iii) para uma amostra de vendas registradas durante o exercício, obtivemos</p>	<p>as respectivas documentações suporte para avaliar se a receita foi reconhecida no período contábil apropriado; (iv) realizamos testes retroativos de auditoria sobre transações de vendas realizadas próximas ao final do exercício, visando confirmar a consistência da aplicação da política contábil de reconhecimento de receitas; e (v) examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas. Como resultado destes procedimentos, identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de estorno de parcela de receitas de vendas reconhecidas ao final do exercício, sendo este ajuste não registrado pela diretoria, considerando a imaterialidade do impacto deste ajuste sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável a prática de reconhecimento das receitas de venda da Companhia adotada pela diretoria e as divulgações apropriadas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Mensuração dos ativos biológicos: Conforme mencionado na nota explicativa 8, a Companhia possui ativos biológicos decorrentes, principalmente, da criação de suínos matrizes para reposição e suínos em engorda para o abate, mensurados a valor justo. Essa mensuração é uma estimativa significativa, sendo baseada em diversas premissas e metodologias adotadas pela diretoria da Companhia, para as quais foram utilizadas informações internas e externas. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia possuía saldo de ativos biológicos de R\$459.084 mil no ativo circulante e R\$211.207 mil no ativo não circulante. Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores dos ativos biológicos sobre o total de ativos e sobre o resultado do exercício, bem como devido às incertezas inerentes a esse tipo de estimativa, e o grau de julgamento necessário que deve ser exercido pela diretoria na determinação das premissas de cálculo do seu valor justo. <i>Como nossa auditoria conduziu esse assunto:</i> Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de mensuração dos ativos biológicos a valor justo, incluindo as premissas utilizadas; ii) a revisão da metodologia de cálculo do valor justo utilizada pela Companhia, com o suporte de nossos especialistas em avaliação de ativos; iii) a utilização destes especialistas na inspeção física por amostragem de granjas, para avaliar a existência dos ativos biológicos e suas condições físicas; iv) avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para mensuração do valor justo; v) verificação amostral dos documentos dos custos que foram adicionados durante o exercício; e vi) examinamos a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre o assunto nas notas explicativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas de mensuração dos ativos biológicos adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.</p> <p>Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras: A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.</p> <p>Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de</p>	<p>auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. <p>Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Porto Alegre, 23 de março de 2026.</p>
		 <p>ERNST & YOUNG Audidores Independentes S. S. Ltda. - CRC SP-015199/F VICENTE DE GIACOMO PIAS Contador CRC RS-097557/O</p>